

NOTAS E RECENSÕES

ELEMENTOS PARA UM MODELO DE DOMINÂNCIA URBANA NA SOCIEDADE DE ANTIGO REGIME:

Cantillon, *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (1755)

1. Quando uma área temática, em ciências sociais, se adjectiva «histórica», é por vezes pouco explícito o significado que essa expressão encerra; em termos de prática científica, de que forma se pensa uma disciplina do campo das ciências humanas, através do termo «histórico»? De que forma o teoriza e o torna operacional nas suas práticas de pesquisa?

Simplificando, podemos esquematizar, para o que aqui nos interessa, esse entendimento do histórico em dois pólos opostos. Um, considera-o como um campo de estudos — o «passado» — a que se aplicam indiferentemente os problemas, métodos e lógicas da disciplina em causa. Aqui, a utilização de modelos de análise/síntese tende a ser feita retrospectivamente, considerando-os como de uma realidade lógica extra-histórica, independente dos contextos de aplicação (tendência muito corrente em certas escolas de história económica/economia histórica, por exemplo). Os modelos construídos para a actualidade — pressuposta uma autonomia do campo científico fechado em si mesmo, com regras e métodos específicos e universais — permitem explicar os fenómenos que, no passado, podem cair sob a alçada do seu objecto, por um raciocínio implicitamente analógico. Esta perspectiva pode ser tanto mais cómoda quanto, para sociedades com uma mentalidade pré-estatística, a inadequação dos «dados» aos pressupostos dos modelos é invocável como justificação para «desvios» e manipulações muitas vezes pouco claras.

A segunda perspectiva encara antes o histórico como um processo de conhecimento de tudo o que é humano e social, sendo o tempo, a complexidade das durações, factor integrante das sociedades humanas — que, como mostrou NORBERT ELIAS (1), não o padecem como um factor externo, mas o constroem como instituição. Como, aliás, acontece em certa medida com o espaço. Assim, parte-se necessariamente da historicidade dos próprios modelos: a axiomática que serve a uma dada sociedade pode não

(1) NORBERT ELIAS, *Saggio sul Tempo*, Bologna, Il Mulino, 1986.

servir a outra (e a diversidade temporal, se é aqui fulcral, está longe de ser única); mormente se tivermos em conta que o modelo, enquanto construção conceptual, organiza o campo perceptivo e se torna assim fundamento de *uma* realidade construída, pelo que a elaboração das categorias e noções operatórias deve ser objecto de aferição prévia e crítica constante.

Este é, sem dúvida, um programa difícil e exigente, um objectivo estratégico para o qual múltiplas tácticas podem convergir. Não se pretende negar a utilidade, a necessidade mesmo, de usar as ferramentas conceptuais hoje construídas para a interrogação do passado; mas de forma comparativa, tacteante, nunca impositiva, de modo a que do exercício resulte um pôr em causa dos fundamentos dessas mesmas ferramentas. Será sempre necessário pôr em diálogo crítico as construções científicas actuais e as obras culturais sobre que operamos: não por simples ajustamentos de factores «imponderáveis», mas por efectivas reconstruções dos modelos que usamos para elaborar as próprias fontes, que nunca são dadas na pura materialidade das obras culturais, como o cria um empirismo ingénuo.

2. É no quadro destas preocupações que surge uma proposta metodológica, dando corpo a uma das possíveis tácticas de que acima se falava. Formulou-a VITORINO MAGALHÃES GODINHO, num contexto em que a atenção se virava para os modelos económicos, mas com uma amplitude claramente mais vasta (2). Em resumo, a proposta é a seguinte: procurar elaborar os modelos referidos a uma dada época, e como um primeiro passo para a elaboração de hipóteses de trabalho, a partir das suas próprias categorias, tal como expressas nas obras dos autores coetâneos que sobre ela reflectiram. Entendamo-nos: não se trata de aceitar como válidas as explicações que uma sociedade, ou grupos sociais definidos dentro dela, dá de si mesma, mas de usar a exploração dessas representações como forma de mediatizar os modelos actuais para um contexto sociocultural em que aquelas, longe de serem epifenomenais, são elementos estruturantes (inclusive das obras culturais com que teremos que lidar).

Este procedimento oferece, pelo menos, três potencialidades positivas: como forma de construção de relações abrindo vias exploratórias, como qualquer outro modelo que possa gerar hipóteses, reduzindo ao mínimo o perigo de anacronismo; como forma, também, de maximizar a adequação entre as hipóteses e os factos que podemos elaborar a partir das obras culturais produzidas num contexto sociocultural semelhante; como forma, enfim, de integrar nos modelos «objectivados» o domínio da percepção, o modo como agentes sociais e sectores da sociedade a questionam, a explicam (ou legitimam) e pretendem agir sobre ela — o que se torna particularmente relevante no âmbito da geografia humana, dada a impor-

(2) VITORINO MAGALHÃES GODINHO, «A construção de modelos para as economias pré-estatísticas», in *Revista de História Económica e Social* (16) Jul.-Dez. 1985, pp. 3-16.

tância que nos seus quadros teóricos têm assumido as perspectivas fenomenológicas, perceptivas e comportamentais.

3. O objectivo das linhas que se seguem é dar uma amostra, parcial, da aplicação possível desta orientação metodológica à construção de modelos de análise espacial para as sociedades europeias do século XVIII. A exploração de uma obra relativamente pouco usada entre nós, o ensaio sobre o comércio de Cantillon, procurará mostrar como, a par da aplicabilidade de alguns princípios fundamentais da análise espacial dos nossos dias, eles podem ser equacionados a partir de um conjunto de pressupostos específico a um contexto histórico; tomando as relações consideradas significados próprios, diferentes dos que subjazem às análises actuais.

A qualificação de «parcial» usada acima pode ser entendida de duas maneiras: por um lado, na medida em que se trata de uma leitura orientada por propósitos definidos, está fora de causa qualquer tipo de exaustividade. Nem se procura um resumo pormenorizado, nem a totalidade das relações que poderíamos designar como «espaciais». Por outro, a parcialidade do próprio processo de exploração é inevitável (e, em termos ideais, indesejável) quando se toma em linha de conta uma única obra; faltam-lhe o confronto, as contradições, as hesitações entre alternativas que tanto podem enriquecer a compreensão das categorias conceptuais que nos são alheias, ao desvendar os pontos fulcrais das argumentações. Mas se um exemplo é possível a partir de uma obra, a de Cantillon é certamente das melhores escolhas.

RICHARD CANTILLON (1697-1734) foi um banqueiro de origem irlandesa, de ascendentes nobres, com profundo conhecimento prático do mundo da finança europeia, graças ao qual especulou e aumentou consideravelmente a sua fortuna. Cosmopolita, residiu em Londres, Paris e Amsterdão, dominando a sua visão os complexos económicos mais significativos da Europa da primeira metade do século XVIII. Assassinado em 1734, perderam-se provavelmente no incêndio da sua casa importantes escritos; sobreviveu uma tradução manuscrita em língua francesa, feita pelo próprio autor para um amigo, de um ensaio sobre o comércio, intitulado *Essai sur la Nature du Commerce en Général*. Terminado entre 1730 e 1734, permaneceria inédito até 1755, quando foi dado à estampa «à Londres chez Fletcher Gyles dans Holborn». Duas novas edições se sucederiam no ano seguinte, uma com o nome do mesmo livreiro e outra em Amsterdão. Quer pela sua circulação em manuscrito, quer depois sob forma impressa, influenciou (quase sempre anonimamente) muitas das principais teorias económicas subsequentes, designadamente a fisiocracia, sem, contudo, se lhes identificar (3).

(3) A referência completa da primeira edição é: *Essai sur la Nature du Commerce en Général*. Traduit de l'Anglois. A Londres, Chez Fletcher Gyles, dans Holborn. M.DCC.LV. A edição aqui usada foi a segunda, de 1756, com as mesmas referências, à excepção da data. Já em fase adiantada de elaboração, passei a usar as notas e estudos introdutórios da edição do

Como o título indica, a sua preocupação fundamental é dirigida à circulação e seus instrumentos, nas escalas nacional e internacional. Não encontramos aqui o interesse pela produção que se verá em QUESNAY ou em ADAM SMITH; mas, através do seu desenho dos mecanismos da troca, dá-nos uma visão integrada das diferenciações espaciais, capturadas simultaneamente nas suas vertentes económicas, sociais, culturais e políticas; é nesta visão complexa que reside a sua riqueza.

4. Passemos à exploração. A obra divide-se em três partes. Na primeira (pp. 1 a 63) estabelecem-se os fundamentos gerais — definições de riqueza, valor e preço, considerações gerais sobre as sociedades — e a teoria da distribuição espacial das actividades e formas de povoamento — aldeias, vilas, cidades e cidade capital, divisão espacial do trabalho, funcionamento do mercado interno e seus agentes, determinantes sociais da procura. Esta primeira parte constituirá o campo privilegiado das nossas buscas. A segunda (pp. 65 a 123) estabelece uma importante teoria da moeda — quantidade e velocidade de circulação em relação com a formação dos preços de mercado; factores da sua variação num Estado — e do juro. A terceira (pp. 125 a 173) debruça-se sobre o comércio internacional, continuando aí a desenvolver a teoria da moeda e acrescentando-lhe algumas páginas fundamentais sobre o crédito e a banca.

5. A selecção feita sobre o texto, com propósitos sistemáticos, destaca três linhas de organização de um possível modelo, a partir dos pressupostos básicos da teoria do autor: económico-política; sociocultural; funcional. As suas interligações são tão estreitas, que a cada passo se encontram envolvidas nos argumentos de Cantillon; porém, a sua consideração analítica facilita a exposição e a busca das suas relações fundamentais.

I. N. E. D. (Paris, 1952); desses estudos, da autoria de AMINTORE FANFANI, JOSEPH SPENGLER e ANITA FAGE, e das notas ao texto de LOUIS SALLERON, se retiraram os dados bio-bibliográficos expostos neste parágrafo, e amplo material para cotejamento de interpretações. Por comodidade para o leitor, os números de páginas referidas no texto são desta última edição.

Pude ainda tirar ideias do artigo citado de V. M. GODINHO, do livro de DAVID JUSTINO, *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913* vol. I, pp. 363-370 (Lisboa, Vega, 1988) e do trabalho inédito de JOSÉ A. CHAMBEL DE OLIVEIRA, *Economias externas espaciais e desenvolvimento regional*, Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, pp. 7-12 (Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1987). A DAVID JUSTINO tenho a agradecer a cópia da segunda edição de Cantillon; a JOSÉ CHAMBEL, o acesso, além da dissertação citada, à edição do I. N. E. D. Usei ainda o estudo de PIERRE DOCKÈS, *L'espace dans la pensée économique du XVI^e au XVIII^e siècle*, pp. 234-259 (Paris, Flammarion, 1969), de primeira importância para o tema, mas que dá a data errada de 1775 para a primeira edição do *Essai*.

5.1. O pressuposto básico é o de que toda a riqueza, e o valor intrínseco de qualquer bem, são respectivamente o produto e a medida da quantidade e qualidade de terra e trabalho envolvidos na sua produção: «La Terre est la source ou la matière d'où l'on tire la Richesse; le travail de l'Homme est la forme qui la produit [...]» (p. 1). Mas o próprio trabalho é redutível, em termos de valor, à quantidade de terra cujo produto é atribuído ao trabalhador; assim, todo o valor deriva, directa ou indirectamente, da terra (p. 24). Este postulado é essencial num pensamento que se situa ainda numa economia predominantemente agrária, colocando-nos num ponto de vista estratégico para entrosar os aspectos económicos, sociais e culturais: a terra é simultaneamente o bem económico por excelência, cuja apropriação define as principais clivagens sociais, e um valor estruturante do sistema cultural.

O segundo postulado fundamental, que faz a ponte para a análise da sociedade, é o de que a terra tende sempre a concentrar-se num número reduzido de proprietários (p. 2-4). Embora considerando a possibilidade de exploração pelo proprietário, Cantillon baseia toda a sua teoria — com importantes consequências do ponto de vista espacial, como veremos — no pressuposto de que a maior parte da terra está envolvida em relações de arrendamento, sendo a canalização de um terço do produto fundiário para as mãos dos proprietários o motor da circulação dentro de um Estado (p. 71-71). Assim, há uma fracção reduzida da população que, sem se localizar necessariamente na terra, tem acesso directo a perto de um terço do valor produzido no Estado, parte do qual se transfere por sua vez para o Príncipe, sob a forma de impostos. Um corolário importante é que todo o valor, dos bens ou do trabalho, existente num Estado, se realiza às custas dos proprietários de terras. Independentemente do valor qualitativo que devemos dar à expressão «um terço» — que deriva da partição em três do produto da terra, entre a renda, a subsistência do rendeiro, trabalhadores e animais e as despesas de exploração — parece ser esta uma base de análise bastante adequada para as sociedades de Antigo Regime.

Em terceiro lugar, ainda dentro dos pressupostos económicos, há a considerar a diferenciação do valor dos diversos tipos de trabalho, de acordo com três parâmetros: tempo de aprendizagem do ofício, despesas de especialização e riscos do seu exercício. Por isso, «ceux donc, qui emploient des Artisans ou gens de métier, doivent nécessairement payer leur travail, plus haut que celui d'un Laboureur ou Manoeuvre [...]» (p. 11). Isto é extremamente importante, porque estabelece as bases de uma troca desigual entre tempos de trabalho, na sua expressão padronizada em terra, entre trabalho agrícola e trabalho industrial, o que tem decisivas implicações do ponto de vista espacial, como veremos.

5.2. Na perspectiva sociocultural, aponte-se desde logo a importância dominante do «grupo social» dos proprietários (de facto, são quase sempre os grandes proprietários de terras que Cantillon tem em mente, quando fala deste grupo). Essa importância alicerça-se no seu poderio económico, pelo que ficou exposto atrás, e exerce-se sobre o económico de duas formas complementares: quer directamente, pelas suas decisões

na qualidade de proprietários, quer indirectamente, pelo peso dos seus estilos de vida na orientação global do consumo, são eles quem determina o uso a dar às terras, e em geral, através do mercado, orientam o conjunto das actividades económicas: «[...] les humeurs ou façons des Propriétaires déterminent l'emploi qu'on fait des terres, et occasionent les variations de la consommation qui causent celles des prix des Marchés» (p. 36).

Note-se a relevância decisiva dada à procura na orientação da economia: ela é um elemento marcante da percepção de Cantillon, com consequências teóricas de monta para uma abordagem geográfica, uma vez que a predominância dos proprietários na formação da procura se estabelece através de um mecanismo de difusão de modelos culturais: «Le Propriétaire, qui a le tiers du produit de la terre à sa disposition, est l'Acteur principal dans les variations qui peuvent arriver à la consommation. Les Laboureurs et Artisans qui vivent au jour la journée, ne changent que par nécessité leurs façons de vivre; s'il y a quelques Fermiers, Maîtres artisans, ou autres Entrepreneurs accomodés, qui varient dans leur dépense et consommation, ils prennent toujours pour modèle les Seigneurs et Propriétaires de terres. Ils les imitent dans leur habillement, dans leur cuisine, et dans leur façon de vivre» (p. 35-36). A esta proposição sociológica seguem-se implicações espaciais relevantes, como adiante se mostrará.

Este peso dos proprietários e senhores como grupo social de referência reforça-se no seu entrelaçamento com o valor culturalmente associado à terra. Vimo-lo já emergir dos próprios fundamentos da teoria de Cantillon; encontramos-lo explicitado como traço determinante da mentalidade dos agentes sociais, com repercussões sensíveis na apropriação social do espaço, bem como na canalização do investimento: «Les prix courants de l'intérêt dans un Etat, semblent servir de base et de règle pour les prix de l'achat de terres [...]: mais comme la propriété des terres donne un rang et une certaine Jurisdiction dans l'Etat, il arrive que lorsque l'intérêt est au denier vingt, le prix des terres est au denier vingt-quatre ou vingt-cinq, quoique les hypothèques sur les mêmes terres ne passent gueres le prix courant de l'intérêt» (p. 123). Esta «capitalização» social da terra relaciona-se ainda com a correspondente mentalidade rentista, tantas vezes referida como traço essencial das economias de Antigo Regime: «[...] si quelqu'habitant à gros gages ou quelqu'Entrepreneur considérable a épargné des biens ou des richesses, [...] il peut en disposer pour s'acquérir une hypothèque, et une rente sur des Terres, et sur les fonds de l'Etat, lorsqu'il fait des emprunts assurés sur des terres [...]» (p. 32). Daí que os «proprietários de dinheiro» sejam representados em fusão com os proprietários de terras, visto que aqueles procuram sempre a propriedade fundiária, enquanto a renda destes se traduz frequentemente em capital monetário (p. 32).

Finalmente, um pressuposto comportamental que assume papel de relevo em toda a análise espacial de Cantillon é o do gregarismo tendencial dos grupos dominantes. Se a riqueza é definida atrás como o conjunto das comodidades da vida, a sociabilidade entre pares ricos e

cultos é condição do seu usufruto, e geradora de «economias externas» espaciais para os que dela dependem: «[...] les Propriétaires qui ont plusieurs grandes Terres ont le moyen d'aller résider loin de leurs Terres, pour jouir d'une agréable société, avec d'autres Propriétaires et Seigneurs de même espèce» (p. 7-8). Esta explicação do aparecimento das cidades, que importa menos pela sua exactidão do que pelo que revela sobre as funcionalidades urbanas do Antigo Regime, é ainda extensível à formação da capital, cuja atracção é gerada pela localização da corte do Príncipe.

5.3. A passagem destes pressupostos de natureza económica, social e cultural a uma representação propriamente geográfica, que começamos a entrever no parágrafo anterior, exige considerações de ordem funcional que, de certa forma, cimentam o todo. O seu fundamento é uma economia espacial, quase omnipresente como princípio explicativo para os mais diversos fenómenos, assente numa aguda sensibilidade aos custos de deslocação de bens e pessoas.

Com efeito, é a partir daí que se explica a hierarquização das formas de povoamento, e toda a trama da circulação que dela deriva. Em primeiro lugar, na base da hierarquia do povoamento, as aldeias: «Quelque emploi qu'on fasse de la Terre [...], il faut que les Fermiers ou Laboureurs, qui en conduisent le travail, résident tout proche; autrement le temps qu'il faudroit pour aller à leurs Champs et revenir à leurs Maisons, consommé-roit une trop grande partie de la journée» (p. 4). As funções agrícolas exigem ainda a presença dos artesãos necessários à manutenção dos instrumentos agrícolas, caso a aldeia se situe demasiado longe da vila ou da cidade. Assim, cada aldeia define em seu redor um território agrícola que ocupa directa ou indirectamente a sua população.

As vilas, por seu lado, têm como característica distintiva e originária um mercado, onde se centralizam os bens agrícolas dos territórios aldeãos que a ele recorrem, para ulteriormente se transportarem para as cidades, e onde se vendem em retorno os bens provenientes destas (bens manufacturados, ou de importação); onde, devido à atracção exercida pelo mercado, se estabelecem os artesãos mais especializados que não existem nas aldeias. Ponto de encontro das esferas rural e urbana, as vilas aparecem como os comutadores fundamentais da circulação no espaço nacional (p. 5-7). É uma teoria dos lugares centrais que assim começa a esboçar-se, explicitamente: «Un Bourg étant placé comme dans le centre des Villages, dont les Habitants viennent au Marché [...]» (p. 6).

Mas se as vilas tiram a sua explicação do seu papel intermediário no processo de circulação, essa explicação só ganha sentido pela introdução do outro termo dessa circulação — a cidade. E esta é, no pensamento de Cantillon, o lugar por excelência do consumo da renda agrícola. Como vimos, ela tem a função de permitir a sociabilidade dos grandes proprietários de terras, que colectam a maior parte dessa renda; e é essa transferência e concentração da renda fundiária para um pequeno número de detentores, e a sua redistribuição através do seu consumo, que constitui o primeiro motor do processo de circulação. A cidade é o mecanismo socioeconómico e espacial que opera essa «alquimia» da renda: recebida por grosso (em géneros ou dinheiro proveniente dos mercados),

é dispendida em consumo das casas — com todo o seu cortejo de serviços — e em bens e serviços a retalho, e novamente transferida para a terra na aquisição das matérias-primas e bens em grosso para o consumo urbano. Toda a concentração comercial e industrial urbana é assim explicada pelo consumo da renda da terra e, em certa medida, pela concentração do comércio externo (p. 7-9).

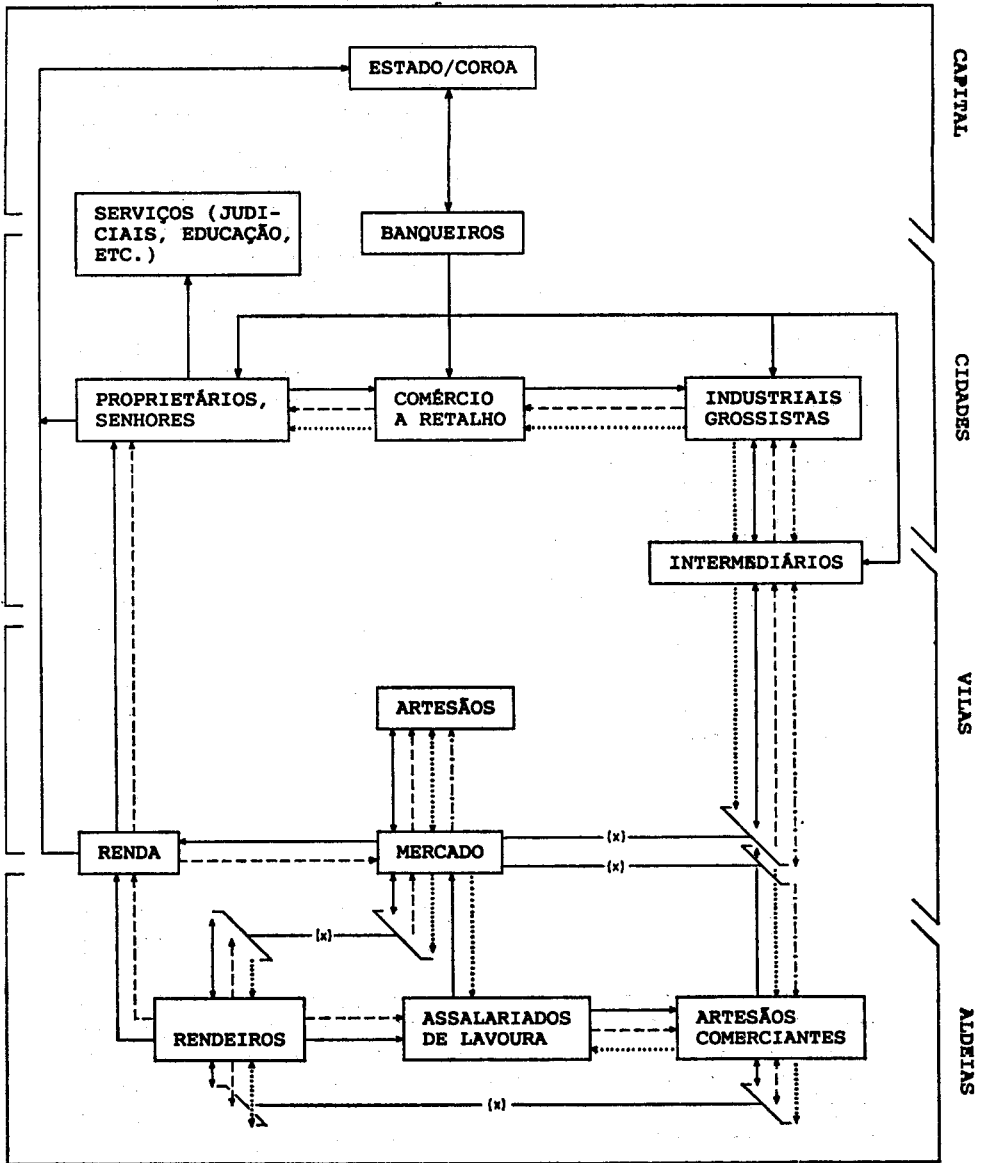
No cume da hierarquia urbana, a cidade-capital é ainda um produto da concentração da renda agrícola, que para aí se transfere sob forma de impostos e rendimentos do príncipe, e também de consumo dos grandes senhores e proprietários que lá residem e dos que até ela se deslocam para participarem da Corte, resolverem as suas causas judiciais em última instância, e que para ela enviam os seus filhos «pour les façonner» (p. 9-10).

O processo de circulação resultante está resumido e esquematizado na figura 1. Como é evidente, um sistema com este grau de complexidade envolve custos de transporte consideráveis; são ainda eles que o autor invoca para explicar os instrumentos monetários e de crédito: «[...] on démontrera, par la comparaison des échanges qui se pourroient faire, [...] et par la difficulté qui causeroit le transport de ces différentes denrées ou marchandises, la difficulté qu'il y avoit à statuer leur valeur intrinsèque respective, et la nécessité absolue où les Hommes se sont trouvés de chercher un être de facile transport, non corruptible, et qui peut avoir dans son poids une proportion, ou une valeur, égale aux différentes denrées et marchandises [...]» (p. 65).

O dinheiro aparece, assim, como o principal instrumento de circulação; mas, dados os obstáculos à sua velocidade de circulação, institucionalizam-se instrumentos de troca e de crédito (letras de câmbio, notas bancárias), que exigem uma nova categoria de agentes especializados — os banqueiros, localizados nas cidades. Desta forma, se todo o sistema assenta sobre a produção agrícola, não seria por outro lado possível sem essa outra categoria de agentes urbanos que, da cúpula, comandam os mecanismos da troca, através dos quais se estabelece o crédito, permitindo o risco, o investimento e, no estilo de vida dos senhores, o consumo antecipado sobre rendas futuras. Esta, através desses agentes, é outra importante função urbana, unindo e compatibilizando num mesmo lugar (e numa mesma representação da sociedade) dois tipos de economia — renda e capital — cujos correspondentes grupos sociais surgem, para Cantillon, fortemente interpenetrados, como já vimos.

6. Para concluir, creio ser possível sintetizar um modelo de dominância urbana para as sociedades de Antigo Regime, a partir do autor em estudo, em torno de três grandes eixos: captação da renda fundiária; troca desigual favorável à cidade; difusão cultural.

6.1. Este primeiro aspecto foi já desenvolvidamente tratado; recordemos apenas que, numa economia assente na distribuição da renda da terra, os seus principais detentores tendem a residir na cidade e a consumir aí os seus rendimentos. Sendo o grupo com capacidade de consumo dominante, influencia determinantemente o mercado, ele próprio funda-



--- GÊNEROS AGRÍCOLAS BENS MANUFATURADOS —(x)— VÁRIOS TIPOS
 -.-.- MATÉRIAS PRIMAS — MOEDA/CRÉDITO

Fig. 1 — Principais tipos de fluxos (circulação interna).

mentalmente orientado para as necessidades urbanas, e as orientações produtivas em geral.

6.2. Tendo em atenção o que ficou dito sobre o valor do trabalho, em 5.1., os efeitos de canalização da renda que acabamos de mencionar, e as consequentemente maiores densidade e velocidade de circulação monetária na cidade, a relação trabalho rural/trabalho urbano e os preços que a exprimem no mercado tendem a estabelecer uma relação de troca desigual favorável à cidade (e, em extremo, à capital): «La Ville fournit toujours à la Campagne plusieurs marchandises, et les Propriétaires de terres qui resident dans la Ville, y doivent toujours recevoir environ le tiers du produit de leurs terres: ainsi la Campagne doit à Ville plus de la moitié du produit des terres. [...] Mais toutes les Campagnes d'un Etat ou d'un Royaume doivent une balance constante à la Capitale, tant pour les rentes des propriétaires les plus considérables qui y font leur résidence, que pour les taxes de l'Etat même, ou de la Couronne, dont la plus grande partie se consomment dans la Capitale» (p. 83).

6.3. Tendo em conta a difusão de modelos culturais de que se falou em 5.2., e dado que os detentores desses modelos residem nas cidades e na capital, podemos atribuir-lhe um significado geográfico, no sentido descendente da hierarquia urbana: «C'est toujours le génie des Propriétaires de terres qui encourage ou décourage les différents occupations des Habitants et les différents genres de travail que ceux-ci imaginent. L'exemple du Prince, qui est suivi de la Cour, est ordinairement capable de déterminer le génie et les goûts des autres Propriétaires de terres généralement; et l'exemple de ceux-ci influe naturellement sur tous les ordres subalternes» (p. 52); «[...] c'est ici [na capital] le centre des modes que toutes les Provinces prennent pour modèle [...]» (p. 10).

RUI SANTOS